



INDICE

página

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2014; .	2
2. Proposta da Administração para destinação do resultado;	2
3. Eleição de membros do Conselho de Administração;.....	2
4. Eleição de membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;	3
5. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;	3
1.a Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, Relativos ao Exercício de 2014 - Comentários da Administração – Item 10 da Instrução CVM 481/09	4
2.a. Proposta da Administração para Destinação do Resultado.....	21
3.a. Eleição de Membros do Conselho de Administração (Item 12.6 da Instrução CVM 480).....	23
4.a.Eleição de Membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes.....	26
5.a. Fixação da Remuneração dos Administradores e Conselho Fiscal	31

Proposta da Administração da TELEBRAS que será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24/04/2015, nos termos da Instrução CVM nº 481/09

Senhores Acionistas,

A Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS vem apresentar aos seus acionistas sua proposta sobre as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia **24/04/2015**:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2014;

A Administração da TELEBRAS propõe que os Acionistas analisem e aprovem as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014, bem como, após a devida análise, aprovem as matérias contidas nos documentos aprovados em 23/03/2015 pelo Conselho de Administração. Os referidos documentos, juntamente com o parecer dos auditores independentes, as Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”) e os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da TELEBRAS, encontram-se disponíveis no site da TELEBRAS e no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

2. Proposta da Administração para destinação do resultado;

A Administração da TELEBRAS propõe que seja aprovada a destinação para o resultado do exercício encerrado em 31/12/2014, nos termos constantes dos documentos anexos a esta proposta.

3. Eleição de membros do Conselho de Administração;

Por indicação do Acionista Controlador, a Administração da TELEBRAS apresenta proposta de eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2016:

Nome	Representação
Maximiliano Salvadori Martinhão	Ministério das Comunicações
Luiz Antônio Alves de Azevedo	Ministério das Comunicações
Marcelo de Siqueira Freitas	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Demi Getschko	Ministério das Comunicações – Representante da Sociedade Civil

Na mesma Assembleia Geral Ordinária também deverão ser eleitos, em eleição em separado, sem a participação do acionista majoritário, um representante dos minoritários e um representante dos preferencialistas, bem como já será conhecido o representante eleito pelos empregados da Companhia, totalizando 8 membros, com um prazo de gestão até a AGO de 2016.

4. Eleição de membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;

Por indicação do Acionista Controlador, a Administração da TELEBRAS apresenta proposta de eleição dos seguintes membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2016:

Efetivo	Suplente	Representação
Efraim Batista de Souza Neto	Ulysses Cesar Amaro de Melo	Ministério das Comunicações
Paulo Cesar Bezerra de Lima	Francklin Andrade Mattar Furtado	Ministério das Comunicações
Márcia Ribeiro Abeu	Leonardo Lobo Pires	Ministério da Fazenda (Secretaria do Tesouro Nacional)

Na mesma Assembleia Geral Ordinária também deverão ser eleitos, em votação em separado, sem a participação do acionista majoritário, um representante dos minoritários e um representante dos preferencialistas, com seus respectivos suplentes.

5. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;

A Administração da TELEBRAS propõe verba global anual (i) para o Conselho de Administração, no valor de até R\$ 450.612,48; (ii) para o Conselho Fiscal, no valor de até R\$ 281.633,03; e (iii) para a Diretoria, no valor de até R\$ 3.799.652,27, perfazendo um total global anual de R\$ 4.531.897,78.

O Aviso aos Acionistas, que coloca à disposição a documentação relativa ao item 1 da ordem do dia da AGO, foi publicado na forma da lei e encontra-se disponível na Internet no site: www.telebras.com.br.

Brasília-DF, 23 de março de 2015.

Francisco Ziober Filho

Presidente

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

1.a Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, Relativos ao Exercício de 2014 - Comentários da Administração – Item 10 da Instrução CVM 481/09

Senhores Acionistas,

O Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2014, encontram-se disponíveis na Assessoria de Relacionamento com o Mercado (Setor Comercial Sul – Quadra 09 – Bloco B – Edifício Parque Cidade Corporate - Torre B – 3º andar – Brasília – DF), no site da TELEBRAS no endereço www.telebras.com.br e nos da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e CVM (www.cvm.gov.br).

A seguir, os Comentários da Administração, relativos ao item 10 do Formulário de Referência, anexo da Instrução CVM 480/09, em atendimento ao art. 9, inciso III da Instrução CVM 481/09

10. Comentários dos Diretores sobre

10.1. a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Estrutura Patrimonial da Companhia está expressa nas principais rubricas das suas demonstrações financeiras, no seu relatório de administração e nas seguintes considerações.

Na avaliação da Diretoria, o desempenho geral da Telebras em 2014 atendeu satisfatoriamente às expectativas, apesar de o Resultado Operacional ter-se apresentado negativo.

Isso porque o ano de 2014 desafiou e comprovou a maturidade da Telebras sobre diversos aspectos, sobretudo pela qualidade da infraestrutura de telecomunicações que teve de ser disponibilizada para a prestação de serviços de transmissão de áudio e vídeo para a Copa do Mundo FIFA 2014, motivo dos merecidos comentários elogiosos dos mais diversos atores do mercado das telecomunicações no Brasil e no exterior. Não obstante, a Telebras continuou a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), conseguiu ampliar sua carteira de clientes corporativos e deu andamento aos seus projetos especiais, tudo em consonância com o Planejamento Estratégico da Companhia.

Quanto à estrutura de *backbone* e *backhaul*, a rede de fibras ópticas cresceu mais de 4,3 mil km, fruto da execução dos investimentos, colocando em operação 92 novas Estações e a cobertura de 412 municípios com a sua rede de telecomunicações.

O ano de 2014 encerrou com 183 contratos comerciais e termos de aditamentos assinados e mais de 30 Gbps de banda ativada. Isso representou um acréscimo de banda de cerca de 172% (cento e setenta e dois por cento) quando comparado ao ano de 2013 e conseqüentemente um aumento significativo na receita de serviços prestados, como se verá adiante. Deve-se destacar os contratos firmados com o Exército, com o Ministério das Comunicações e com diversas empresas para atendimento ao evento Copa do Mundo 2014. As solicitações de aumento de banda por parte dos clientes reafirmam a qualidade dos serviços prestados pela Telebras e consolidam a relação entre a Companhia e seus clientes.

No entanto, todas as ações e investimentos impactaram significativamente nos resultados da Companhia, com reflexos nos indicadores da sua Estrutura Patrimonial.

(i) O **Índice de Liquidez Corrente da Companhia**, que era 1,98 em 2013, apresentou queda em 2014, passando a 0,70, em virtude da diminuição do indicador de Equivalentes de Caixa (queda de 67,2%), que passou de R\$ 449.230 mil em 2013 para R\$ 147.218 mil em 2014, bem como o aumento na exigibilidade de curto prazo de 62,2%, com destaque para Conta de Fornecedores, cujo crescimento foi de 162,7%, passando de R\$ 121.950 mil em 2013, para R\$ 320.330 mil em 2014;

(ii) O **Índice de Liquidez Geral da Companhia** em 2014: 1,00. Era de 1,11 em 2013;

(iii) O **Índice de Endividamento da Empresa** (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante / Patrimônio Líquido), era de 9,06 em 2013 e passou para 992 em 2014, basicamente em virtude da Conta de Fornecedor e do crescimento dos Recursos para Aumento de Capital no Exigível a Longo Prazo;

(iv) **Outro indicador de endividamento, representado pelo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante / Ativo Total**, também reflete o aumento no grau de endividamento da empresa, pois em 2013 representava 90,1% e 100% em 2014. No entanto, excluindo-se os valores destinados ao aumento de capital, os dados apontam para um equilíbrio entre os graus de endividamento verificados nos exercícios de 2012 e 2013 e 2014 (56,75%, 54,27% e 55,8% respectivamente).

(v) **A Composição do Endividamento** (Passivo Circulante / Passivo Circulantes + Passivo Não Circulante) indica que houve uma pequena melhora no perfil do endividamento, passando de 0,27 em 2013 para 0,26 em 2014;

(vi) O **Ativo Total** (Bens e Direitos à Disposição da Companhia) teve evolução. Crescimento da ordem de 56,3% em relação a 2013. Tal situação decorre basicamente da entrada de novos recursos do Acionista Controlador e de resultados auferidos com as aplicações financeiras dos recursos disponíveis no mercado financeiro.

Ressalte-se que, enquanto os itens do Ativo Não Circulante apresentaram evolução da ordem de 151,6%, o Ativo Circulante apresentou decréscimo de 43,1%, refletindo a transferência de recursos desse grupo para o do Imobilizado, que apresentou evolução da ordem de 191,6% no exercício, em outras palavras, a redução dos valores de liquidez imediata ensejou o aumento significativo dos ativos de expansão da rede de telecomunicações da Telebras.

Essa evolução do Imobilizado, que já representa 67,6% do total do Ativo da Telebras, demonstra, ano a ano, a evolução da curva de maturidade na gestão dos investimentos da Companhia, visando à consecução dos seus objetivos institucionais. Vale lembrar que o Imobilizado representava 67,63% do total do Ativo em 2014, sendo que em 2013 representava 36,2%. Como se disse em anos anteriores, esse aumento está em consonância com os objetivos institucionais da Companhia e refletem o seu empenhado esforço em direcionar os recursos disponíveis para a realização de investimentos, tendo por objetivo consolidar e rentabilizar sua rede de telecomunicações.

O Passivo Circulante apresentou aumento de 62,2% no período, em decorrência principalmente da majoração em Fornecedores que apresentou crescimento de 162,7% em relação a 2013. Já o Passivo Não Circulante apresentou um aumento de 77,5% por conta basicamente da obrigação da Companhia para com o Acionista Controlador, obrigação essa que será convertida em futuro aumento de capital. Ainda dentro do Passivo Não Circulante, a empresa realizou a captação de financiamento junto a FINEP – Inovação e Pesquisa –, no valor de R\$ 240 milhões, para aplicação no projeto SGCD – Sistema Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica –, o que contribuiu para o seu crescimento. Do valor total do financiamento, foi recebida em 2014 a primeira parcela no valor de R\$ 103.363 mil.

A redução do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior decorre do prejuízo apurado neste ano, que foi de R\$ 117.358 mil.

O aumento significativo dos custos dos serviços prestados é consequência dos custos associados à manutenção do *Backbone* (rede de fibra óptica de longa distância) existente e ampliado em 2014, representado também pelo aumento das despesas relativas ao aluguel de infraestruturas, depreciação, custos com operação e manutenção de rede, que deve ser rentabilizada no decorrer de 2015 e em exercícios seguintes, com vistas à ampliação do faturamento. Dentro do contexto operacional da Companhia, as despesas administrativas estão consentâneas com as necessidades de expansão.

Há que se ressaltar, por fim, os números relativos às receitas operacionais, que devem ser analisados tendo-se em vista dois cenários distintos. Em números absolutos, apresentaram queda em relação ao exercício anterior da ordem de 26,4%. Ocorre que, em 2013, foi computada a receita proveniente dos serviços prestados quando da Copa das Confederações (aproximadamente R\$ 30 milhões), enquanto que o faturamento relativo à Copa do Mundo pode ser observado através dos números da controlada Telebras Copa. Se, no entanto, observar-se as receitas operacionais perenes, isto é, aquelas decorrentes de contratos com clientes, excetuados os valores provenientes de dois contratos episódicos (Copa das Confederações e Copa do Mundo), tem-se um cenário de evolução consistente nos últimos três anos. Pode-se observar que o faturamento de 2014 representa mais que o dobro do faturamento de 2013, que, por sua vez, também representou mais que o triplo do faturamento verificado em 2012.

10.1. b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

(i) hipóteses de resgate:

Não há hipótese de resgate das ações representativas do capital social.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

Como não houve hipótese de resgate das ações, não há o que se informar a respeito.

10.1. c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

O volume de recursos alocados no item Caixa e Equivalentes corresponde a 31% do que é necessário para a cobertura dos compromissos assumidos de curto prazo.

Os indicadores de endividamento e o perfil da dívida são consequência dos investimentos realizados.

10.1. d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A exemplo de anos anteriores, como fonte de financiamento de seu capital de giro, bem como para os seus investimentos, no exercício de 2014, a Telebras contou com recursos transferidos pelo Acionista Controlador (União) para futuro aumento de capital, bem como o financiamento mencionado acima (item a). Há previsão de recebimento da segunda parcela do financiamento da FINEP e de mais aportes de capital do Acionista Controlador para o exercício de 2015.

10.1. e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Empresa já conta com recursos aplicados no mercado financeiro, que garantem

parte da cobertura dos investimentos compromissados. Será necessário (i) ou captar mais recursos para financiamento ou (ii) aporte de capital do Acionista Controlador.

10.1. f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Segue quadro com os principais números relativos ao Ativo e a Passivo Total, assim detalhados.

Em milhões

Rubricas	Exercícios Findos em:						
	2014			2013			2012
	Valor	AV%	AH %	Valor	AV %	AH%	Valor
Ativo Circulante	326,9	17,8	-43,1	574,3	49,0	-10,5	641,3
Ativo Não Circulante	1.506,5	82,2	151,6	598,7	51,0	73,3	345,5
Imobilizado	1.240,1	67,6	191,6	425,2	37,4	103,1	216,2
Ativo Total	1.833,5	100,0	56,3	1.173,1	100,0	18,8	986,8
Passivo Circulante	469,7	25,6	62,2	289,5	27,4	60,3	180,6
Passivo Não Circulante	1.361,9	74,3	77,5	767,0	72,6	75,4	543,7
Passivo Exigível	1.831,6	100,0	73,4	1.056,5	100,0	41,1	724,3
Patrimônio Líquido	1,9	0,1	-98,4	116,6	9,9	-54,6	262,5
Passivo Total	1.833,5	100,0	56,3	1.173,1	100,0	18,8	986,8

Análise Vertical (AV) = Participação percentual em relação ao agregado superior. Análise Horizontal (AH) = Evolução % em relação ao ano anterior.

(i). contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia realizou a captação de financiamento junto a FINEP –Inovação e Pesquisa–, no valor de R\$ 240 milhões, para aplicação no Projeto SGCD – Sistema Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica, dos quais R\$ 103.363 mil ingressaram na conta da Companhia em 2014. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do spread 3% (três por cento) ao ano. O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15/12/2017 e a última em 15/12/2024.

(ii). outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há nenhum outro recurso recebido por empréstimo de qualquer instituição financeira.

(iii). grau de subordinação entre as dívidas

Vide quadro do item “f”.

(iv). eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de

endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Limites de endividamento: Estatutariamente, vencidas as regras de governança, não há restrições para o endividamento da Companhia, contudo o orçamento aprovado pelo Acionista Controlador impõe limites para a hipótese de captação de recursos junto ao mercado financeiro, que deve seguir as regras estabelecidas no orçamento das empresas estatais.

Distribuição de Dividendos: A Telebras segue o estabelecido no seu Estatuto Social, qual seja, a distribuição a título de dividendos a partir do resultado positivo do exercício somente será possível após o abatimento dos prejuízos e provisões para imposto de renda e a constituição da reserva legal. Primeiramente, são atribuídos os dividendos às ações preferenciais. Em seguida, são atribuídos às ações ordinárias, na proporção das ações emitidas. Se ainda houver saldos remanescentes que permitam distribuições, são atribuídos aos acionistas ordinaristas e preferencialistas em igualdade de condições. Em função do que dispõe o Art. 55 do seu Estatuto Social, diante do resultado apurado no exercício de 2014, não há dividendos a serem distribuídos, tampouco lucro para abater prejuízos acumulados.

Alienação de ativos: Exceto as legais, não há restrições impostas, embora não tenha havido alienação de ativos no exercício de 2014.

Emissão de novos valores mobiliários: A Companhia segue as determinações do seu Estatuto Social, em seus artigos 8º, 9º e 10º, e orientações da União, que estabelecem os limites dessa forma de captação de recursos junto ao mercado de capitais, desde que consignada no orçamento anual da Companhia e aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST. Em 2014, não houve emissão de novos valores mobiliários.

Alienação de Controle Acionário: O Estatuto Social da Companhia não prevê esta modalidade, contudo a alienação, tal como ocorre com as alienações de ativos, deve ser alvo de oferta pública ao mercado, após aprovação pelo Acionista Controlador e pela Assembleia Geral.

10.1. g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

O uso dos recursos provenientes do financiamento já contratado é exclusivo para o projeto SGDC, objeto do respectivo contrato (programa estratégico de inovação - PEI).

10.1. h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Alterações informadas nos itens 10.1 "a" e 10.1. "f".

10.2. Resultado operacional e financeiro

10.2. a. Resultados das operações da Companhia

Há que se ressaltar, por fim, os números relativos às receitas operacionais, que devem ser analisados tendo-se em vista dois cenários distintos. Em números absolutos, apresentaram queda em relação ao exercício anterior da ordem de 26,4%. Ocorre que, em 2013, foi computada a receita proveniente dos serviços prestados quando da Copa das Confederações (aproximadamente R\$ 30 milhões), enquanto que o faturamento relativo à Copa do Mundo pode ser observado através dos números da controlada Telebras Copa. Se, no entanto, observar-se as receitas operacionais perenes, isto é, aquelas decorrentes de contratos com clientes, excetuados os valores provenientes de dois contratos episódicos (Copa das Confederações e Copa do Mundo), tem-se um cenário de evolução consistente

nos últimos três anos. Pode-se observar que o faturamento de 2014 representa mais que o dobro do faturamento de 2013, que, por sua vez, também representou mais que o triplo do faturamento verificado em 2012.

Em virtude da correção dos aportes do Acionista Controlador e da correção das contingências, o resultado financeiro foi negativo.

10.2. b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Não se verificaram essas variações no exercício.

10.2. c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No que diz respeito ao resultado operacional, os contratos de fornecimento de insumos, bem como o de prestação de serviços são reajustados por indexadores oficiais, recompondo eventuais perdas inflacionárias. Ainda a respeito do resultado operacional, a Companhia não foi afetada por efeitos da variação cambial.

Os efeitos da taxa de juros, da inflação e dos adiantamentos para futuro aumento de capital do Acionista Controlador, estes por serem atualizados pela taxa SELIC, contribuíram decisivamente para o resultado financeiro negativo.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras - Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

10.3. a. Introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício de 2014, não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

10.3. b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício de 2014, não houve a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

10.3. c. Eventos ou operações não usuais

Em 2014, não houve a realização de operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. a. Mudanças significativas nas práticas contábeis 2014, 2013 e 2012.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, examinadas por auditores independentes, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - "IFRS"*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2014.

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 2014 em relação a 2013, tampouco em relação a 2012.

10.4. b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, 2012, 2013 e 2014.

A Companhia e sua Controlada mantêm práticas contábeis uniformes.

10.4. c. Ressalvas a ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2014:

Ênfases

Demonstrações Individuais

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, letra “b”, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. No caso da empresa TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS., essas práticas diferem da IFRS, aplicável as demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS possui registrado, em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 154.634 mil correspondente a impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Compõem também este valor R\$ 12.147 mil referente a ICMS que a empresa não vem aproveitando em virtude da não parametrização no SAP do controle fiscal do CIAP, assim por decisão da diretoria, pelo fato do tempo para aproveitamento estar quase prescrevendo o valor foi incorporado ao custo do imobilizado, em consonância à orientação do CPC 27, que diz que os tributos não recuperáveis integram o valor do bem.

Ressalta-se também que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu a empresa VT UM PRODUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$ 115.761 mil. O referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 10.2, “a”, a TELEBRÁS efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.

Em 31.12.2014, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 27.406 (R\$ 1.985 em 31/12/2013). As Demonstrações Contábeis da Coligada foram revisadas pela empresa KPMG Auditores Independentes.

A TELEBRAS divulga nessa mesma nota explicativa, letra “b”, que em 07/02/2013, foi constituída a empresa TELEBRAS COPA S.A. como subsidiária integral da TELEBRAS, com a finalidade específica de prestação de serviços nos eventos da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014; e com funcionamento previsto por tempo determinado, desde sua criação até o término dos dois eventos. No entanto, conforme nota explicativa nº 1.2, letra “a”, ocorre que, do ponto de vista da Controlada, os eventos ainda não terminaram,

em virtude de possuir direitos a receber, discutidos administrativamente, portanto, o seu encerramento ainda não foi efetivado. As Atas da 1ª (primeira) Assembleia Geral Ordinária de Acionista (AGO) e da 1ª (primeira) Assembleia Geral Extraordinária de Acionista (AGE) de 31/10/2014, justamente pelo que aqui fica esclarecido, introduziram alteração do artigo 2º do seu Estatuto Social, que trata da “Duração da Sociedade”. Uma vez encerrada, a Controlada será incorporada pela Companhia, o que deve acontecer ainda em 2015. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Imobilizado

A Companhia divulga em nota explicativa nº 3.7 e 10.3 que os bens do Ativo Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição. Como evento subsequente, a Companhia elaborou a Nota Técnica nº 010/2015 esclarecendo a respeito das premissas de reconhecimento dos bens constantes do Ativo Imobilizado, bem como, critérios de depreciação e determinação de valor recuperável, que deverá ser revisto no exercício de 2015, em razão dos bens terem entrado efetivamente em operação em 01/01/2014. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, o saldo de R\$ 807.740 mil (R\$ 419.872 em 31/dez./13), corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

10.4. d. Ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2013:

Ênfases

Tributos a Recuperar: Conforme mencionado na nota explicativa nº VII, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS possui registrado, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$129.331 mil correspondente a impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Procedimento ocorrido no período permitiu a compensação de R\$18.970 mil, relativos a débitos tributários referentes ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social e Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre aplicação financeira. Ressalta-se também que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$115.761 mil. O referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Vide informações na Nota Explicativa nº XVI. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos: Conforme descrito na nota explicativa nº XI, “a”, 1, a TELEBRÁS efetuou o pagamento de R\$3.430 mil, em 2013, referentes ao restante da integralização de sua participação no capital da Visiona Tecnologia Espacial S.A do total subscrito de R\$4.900 mil, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo que o restante de 51% pertence à parceira, Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. Em 31/12/2013, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$1.985 mil, devido à perda com equivalência patrimonial, motivada pelos gastos iniciais de constituição e por

despesas apropriadas. A perda de R\$2.540 mil foi reconhecida no resultado e ajustada pelo lucro não realizado em operações entre a Coligada e a Companhia. As Demonstrações Contábeis da coligada foram auditadas por outros auditores independentes (KPMG – Auditores Independentes). Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

A TELEBRAS divulga nessa mesma nota explicativa, letra “a”, 2, que em 07/02/2013, foi constituída a empresa TELEBRAS COPA S.A. como subsidiária integral da TELEBRAS, com a finalidade específica de prestação de serviços nos eventos da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014. Nesta data, foi realizada a integralização inicial de seu capital, no valor de R\$10 mil, correspondentes a 10% do capital total, de R\$100 mil. A Companhia integralizou, em 20/06/2013, os R\$90 mil restantes de sua participação no capital da TELEBRAS COPA S.A., totalizando 100% de sua participação no capital subscrito da subsidiária integral. Em 31/12/2013, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$1.822 mil, devido ao ganho líquido com equivalência patrimonial, motivada por faturamento resultante de prestação de serviços de telecomunicações quando da Copa das Confederações, realizada em julho de 2013, que está representado no resultado da empresa em 31/12/2013. As Demonstrações Contábeis da Controlada foram por nós revisadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou a consolidação de suas demonstrações contábeis individuais com as demonstrações contábeis de sua Controlada, TELEBRAS COPA S.A.

Programa de indenização por serviços prestados (PISP): No decorrer de 2013, a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa, a Companhia complementou sua provisão, que apresenta o saldo no passivo circulante de R\$ 43.297 em 31/12/2013 (R\$ 11.843, em 31/12/2012).

No exercício de 2013, para os colaboradores em exercício na TELEBRAS, foi registrado no resultado o valor de R\$ 20.341 (R\$ 9.381 em 2012). Os valores correspondentes aos empregados cedidos à ANATEL e outros órgãos estão registrados em Outros Ativos Realizáveis. Vide Nota Explicativa X. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis: Conforme mencionado na nota explicativa nº XVII, o saldo de R\$419.872 mil em 31 de dezembro de 2013, corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Aumento de capital: Conforme mencionado na nota explicativa nº XVIII, letra “a”, em 4/07/2012 foi homologado pela 94ª AGE, o aumento do capital social de R\$419.455 mil para R\$719.455 mil, aprovado pela 93ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 4 de abril de 2012, com a emissão de 8.743.806 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 28/06/2013 foi homologado pela 96ª A.G.E., a redução do capital social mediante amortização integral dos prejuízos acumulados, no valor de R\$456.309 mil. Como resultado da redução, o capital subscrito e integralizado passou de R\$719.455 mil, em 31/12/2012, para R\$263.145 mil em 31/12/2013. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Planos de benefícios pós-emprego: A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28/12/1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, a qual foi aprovada

pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13/01/2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de Entidade Multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “Plano PBS - A” e “Planos de Patrocinadoras”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1º/02/2000.

Assim, a TELEBRAS é patrocinadora dos seguintes planos:

1. PBS – A: É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31/01/2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras, posição com a qual a TELEBRAS não concorda, conforme Comunicados ao Mercado, de 10 e 13 de Dezembro de 2013, enviados à CVM.

2. PBS – TELEBRAS: É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31/01/2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26/9/2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24/4/2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um Capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

Em 31/12/2013, o Plano continua superavitário não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRAS e ou dos participantes. Cabe ressaltar que a Diretoria da TELEBRAS, aprovou a proposta de modificação do regulamento do Plano PBS como patrocinadora, com ressalvas e sugestões, visando permitir a distribuição de superávit referente ao exercício de 2009 aos participantes e às patrocinadoras, processo ainda não concluído em 31.12.2013.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas

contábeis feitas pela Administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Resumo das principais práticas contábeis

10.5. a. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades financeiras estão representadas por depósitos em conta corrente, por aplicações de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as sociedades de economia mista da Administração Federal. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço 2014, não excedendo o valor de mercado.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extramercado de renda fixa, em Títulos do Tesouro Nacional e CDB/RDB de emissão do Banco do Brasil e em Fundo de Investimento I Multimercado, destinados a acolher investimentos exclusivamente de pessoa jurídica integrante da Administração Federal Indireta, cuja carteira do Fundo é composta por títulos federais, em operações finais e/ou compromissadas e operações em mercados derivativos que serão utilizados para proteção, posicionamento e/ou alavancagem de sua carteira.

10.5. b. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar correspondem, na sua quase totalidade, ao saldo do imposto de renda pago a maior, imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras e outros, a ser restituído pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação.

10.5. c. Imposto de renda e contribuição social

A partir do exercício de 1998, a Companhia deixou de efetuar registros contábeis dos ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social, dada a incerteza de suas recuperações futuras, ocasionada pelo processo de desestatização e a iminência de liquidação da então *holding* do Sistema Telebras. A Companhia voltará a registrar contabilmente tais ativos em função do normal cumprimento de suas novas atividades. O Imposto de Renda e a Contribuição Social serão calculados com base em suas alíquotas efetivas sobre eventual lucro real e deverá considerar a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real, nos termos da lei.

10.5. d. Ativos realizáveis - créditos

Estão representados preponderantemente por (i) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não reconhecidos como despesas na Companhia e sim como um direito a receber e (ii) aplicações em ações de companhias abertas e títulos do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, avaliadas pelo valor de mercado, conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

10.5. e. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor provável de realização na data do Balanço.

10.5. f. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são contabilizados no Balanço Patrimonial ao custo de aquisição. Os ganhos e perdas não realizados em transações com a controlada e a Companhia são eliminados proporcionalmente à participação nestas empresas. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada e da coligada.

10.5. g. Redução do valor recuperável dos ativos

Analisados individualmente, a Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2014.

10.5. h. Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição.

A depreciação dos ativos é calculada mensalmente a partir da data de incorporação, considerando a atribuição de vida útil determinada pelas classes de ativo. As classes de ativo foram organizadas obedecendo à utilização de cada classe de propriedade, considerando que a orientação de registrar o valor de um equipamento ou instalação no patrimônio da Companhia deve ser decorrência de sua vida útil economicamente produtiva.

Não obstante, a Telebras concluiu o processo de levantamento e adequação de seu imobilizado, possibilitando torná-lo aderente às normas específicas do setor de telecomunicações.

10.5. i. Intangível

Refere-se a direitos de uso de *software* e a licenças regulatórias. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. As licenças regulatórias são amortizadas pelo seu prazo de vigência, contratado junto ao Órgão Regulador. A amortização dos direitos de uso de *software* é calculada pelo método linear, baseado em projeções de benefícios econômicos futuros e não supera o prazo de cinco anos. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

10.5. j. Provisões e obrigações trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, a partir do qual é provável saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada do montante dessa obrigação.

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais.

10.5. k. Provisões para contingências

A Companhia é parte em demandas judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e societária, tendo sido constituída provisão contábil em relação a essas demandas, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. As provisões para demandas judiciais são determinadas com base nas opiniões da Administração da Companhia, de seus consultores jurídicos, experiências passadas e jurisprudências atualizadas. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na Nota Explicativa nº 14 ao Balanço.

10.5. l. Planos de benefícios pós-emprego

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. Decorrentes de imposição legal, tais itens são tratados pelas respectivas notas explicativas que explicitam os números das demonstrações financeiras.

10.5. m. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do Balanço.

10.5. n. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

10.5. o. Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias incidentes sobre os saldos de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais, encargos sobre obrigações, tais como provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores.

10.5. p. Resultado líquido por ação e valor patrimonial por ação – VPA por unidade de ações

Em 31/12/2014 e 31/12/2013 o Resultado Líquido por Ação e o Valor Patrimonial por Ação - VPA por Unidade de Ações foram calculados com base no número de ações em circulação na data do Balanço Patrimonial, sendo 97.437.783 (líquida de 1.936 ações em tesouraria) ações ordinárias e 21.002.999 ações preferenciais, totalizando 118.440.782 ações.

10.5. q. Demonstração dos fluxos de caixa – DFC - e Demonstração do valor adicionado – DVA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 e reflete as modificações que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC 09 – DVA. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela

legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis Individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – DVA. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa); pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento de aquisição e os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos); pelas retenções (encargos de depreciação e provisão para contingências) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, governo (tributos), remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

10.6 . Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor - Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

10.6. a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Fatos e Atos Relevantes; (ii) Relatórios Anuais; (iii) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (iv) sua página na internet; e (v) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

Parte também integrante deste esforço, desenvolve-se eficaz programa de *compliance*, que está calcado em medidas estruturantes, organizacionais e preventivas, tais como o cumprimento estrito do Planejamento Estratégico da Companhia, o aperfeiçoamento da construção da rede da Telebras e da respectiva infraestrutura de telecomunicações, a realização de mapeamento e revisão dos processos e normativos internos, fortalecimento da segurança da informação, aquisição e implantação de adequadas soluções de informática, implantação de ferramentas de acompanhamento das decisões e determinações tomadas pela Diretoria Executiva, ações concretas para a melhoria da eficiência operacional nas aquisições e estrita observância às recomendações dos órgãos de controle.

No entanto, no ano 2014, segundo os comunicados feitos à CVM, a Telebras deixou de apresentar ao mercado as informações trimestrais em função do processo de implantação do seu sistema integrado de gestão. Superada as dificuldades, os três ITRs de 2014 foram inseridos no *site* da CVM respectivamente em 19/02/2015, 26/02/2015 e 09/03/2015. Com a introdução do novo Sistema, a Companhia passou a contar com registros contábeis em níveis ainda mais elevados de segurança, rastreabilidade e confiabilidade. Apesar dos expressivos objetivos alcançados em 2014, mercê da atuação denodada de seus colaboradores, a conclusão do processo de implantação do SAP ainda continuará exigindo o constante comprometimento de todos.

Por tais motivos, a Administração concluiu pela eficácia do ambiente de controle da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras.

10.6. b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório

do auditor independente

Os Auditores Independentes não apontaram deficiências ou recomendações.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios - Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

10.7. a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica, já que a Companhia não promoveu ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

10.7. b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, conforme descrito na alínea "a".

10.7. c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, pelo mesmo motivo descrito na alínea "a".

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam devidamente registrados e avaliados em seu Balanço Patrimonial 2014

10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10. Plano de negócio

10.10. a. Investimento, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Dados da Execução Orçamentária – Com base no Programa de Dispêndios Globais – PDG/2014, aprovado pelo Decreto nº 8.382, de 29 de dezembro de 2014. Os valores realizados foram extraídos do SAP:

em R\$ milhões

FONTES E USOS	PDG REALIZADO	PDG APROVADO	REALIZAÇÃO (%)
FONTES DE RECURSOS	665,1	799,1	83%
Receitas	233,8	175,0	134%
Recursos para Aumento de Capital	328,7	348,8	94%
Operação de Crédito	102,6	275,3	37%
USOS DOS RECURSOS	1.234,1	1.348,4	92%
Dispêndios Correntes	351,1	355,6	99%
Dispêndios de Capital	883,0	992,7	89%

Pelo exposto, vislumbra-se o atual estágio de amadurecimento da capacidade de investir, traduzido no desembolso responsável dos recursos aplicados na rede de telecomunicações da Companhia. Vale dizer: os números indicam o forte esforço da Companhia para o direcionamento dos recursos disponíveis em investimentos rumo à consolidação e à rentabilização da sua rede de telecomunicações

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos:

A Telebras conta com recursos transferidos pelo Acionista Controlador (União) para futuro aumento de capital. Como se noticiou acima, a Companhia realizou a captação de financiamento junto à FINEP – Inovação e Pesquisa –, no valor de R\$ 240 milhões, para aplicação no projeto SGCD – Sistema Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não há previsão de desinvestimento para o período.

10.10. b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia.

Ao final de 2014, rede de telecomunicações da Telebras dispunha de 28,7 mil Km de fibras ópticas, sendo que 21 mil Km estavam em operação ao final de 2014. Em comparação com 2013, são mais 4,3 mil Km de fibras ópticas, fruto da execução dos investimentos previstos para o exercício. Da totalidade, os demais 7,7 mil Km referem-se a trechos detidos pela Telebras e que ainda estão em processo de projeto, implantação e aceitação;

Em 31/12/2014, a Telebras estava presente em 23 dos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Ao todo, são 321 Estações, distribuídas pelo Território Nacional e que permitem o atendimento aos clientes da Companhia. Em relação a 2013, são 92 novas Estações;

Com a rede de telecomunicações ampliada, a Telebras pôde ofertar serviços diretamente a 412 municípios, com o que se atingiu cerca de 44% da população brasileira, equivalente a 25,5 milhões de domicílios;

Com essa capacidade instalada espera-se uma ampliação considerável da base de clientes. Estima-se, assim, que o faturamento de 2015 chegue a R\$ 62 milhões, um incremento de 100% em relação a 2014. É importante ressaltar que o alcance atual da rede deverá necessariamente estar associado aos futuros e indispensáveis investimentos dos próximos exercícios para que se viabilize o atendimento às demandas institucionais da Companhia.

10.10. c. Novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços e incrementos.

Não se aplica.

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante no desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não se aplica

Brasília-DF, 23 de março de 2015.

Francisco Ziober Filho
Presidente

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 2

2.a. Proposta da Administração para Destinação do Resultado

Senhores Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais e conforme previsto ainda no artigo 55 do Estatuto Social, que rege a matéria, esta Administração propõe à Assembleia que a destinação do prejuízo líquido do exercício de 2014, no valor de R\$ 117.358.501,08 (cento e dezessete milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e um reais e oito centavos), seja registrada na conta de Prejuízos Acumulados, para futura absorção de lucros e/ou diminuição do capital social.

Brasília-DF, 23 de março de 2015

Francisco Ziober Filho

Presidente

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em função da apuração de prejuízo no exercício de 2014, ficam prejudicados os itens 1 a 16 constantes do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 3

3.a. Eleição de Membros do Conselho de Administração (Item 12.6 da Instrução CVM 480)

O acionista controlador indica os seguintes nomes para composição do Conselho de Administração:

Nome	Idade	Órgão Administração
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ocupar
MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO	43	Conselho de Administração Presidente do Conselho de Administração
158.543.988-69	Engenheiro de Telecomunicações	
LUIZ ANTÔNIO ALVES DE AZEVEDO	59	Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
748.362.268-72	Sociologo	
MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS	37	Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
776.055.601-25	Advogado	
DEMI GETSCHKO	62	Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
829.487.988-68	Engenheiro Eletricista	

A seguir, Anexo I com as informações relativas aos indicados para membros do Conselho de Administração, conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência (Art. 10 da Instrução CVM 481).

Brasília-DF, 23 de março de 2015

Francisco Ziober Filho

Presidente

ANEXO I

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CURRÍCULOS - Item 12.8 da Instrução CVM 480

1. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

É Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações desde junho de 2011. É presidente do Conselho de Administração da TELEBRAS. Nasceu em 1971, em Campinas/SP. É Engenheiro de Telecomunicações formado pelo Instituto Nacional de Telecomunicações – INATEL, de Santa Rita do Sapucaí – MG, Mestre em Gerência de Telecomunicações pela Universidade de Strathclyde no Reino Unido. Advogado formado no Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB. Exerceu, antes de chegar ao Ministério, o cargo de Gerente Geral de Certificação e Engenharia do Espectro da ANATEL, tendo ocupado outras posições Gerenciais e de Assessoria na Agência. Atuou como Engenheiro de Planejamento do Sistema TELEBRAS. Foi representante da Administração Brasileira em diversos fóruns nacionais e internacionais de telecomunicações. Titular de cargo efetivo de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações desde 2005.

2. LUIZ ANTÔNIO ALVES DE AZEVEDO

Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações, Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2004). Foi Secretário Executivo (2014) e Subchefe de Assuntos Parlamentares (2011) da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e assessor Especial da Presidência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (2011-2014). Foi ainda deputado estadual em São Paulo (1991-1994) e Secretário de Governo no município catarinense de Itajaí (2005-2007).

4. MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

É Procurador-Geral Federal da Advocacia-Geral da União e membro do Conselho de Administração da TELEBRAS. Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília (1999). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, inclusive no magistério (Direito Administrativo, Direito Previdenciário e Direito Processual Civil). Formação complementar 2006 - 2006 Extensão universitária em Responsabilidade Penal dos Agentes Públicos. (Carga horária: 36h). Universidade de Brasília, UNB, Brasil. 2000 - 2000 Ordem Jurídica e Ministério Público. Fundação Escola Superior do Ministério Público do DF e Territórios. 1997 - 1997 Extensão universitária em Semana Jurídica - Seminário. (Carga horária: 20h). Universidade de Brasília, UNB, Brasil. 1996 - 1996 Extensão universitária em III Semana Jurídica/Universitária - Seminário. (Carga horária: 10h). Universidade de Brasília, UNB, Brasil. **Atuação profissional** Procuradoria-Geral Federal, PGF, Brasil. Vínculo institucional 2002 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador Federal, Carga horária: 40 - Outras informações Órgão vinculado à Advocacia-Geral da União - AGU, criado pela Lei nº 10.480/2002, e integrado pelas Procuradorias das autarquias e fundações públicas federais, inclusive da então Procuradoria-Geral do INSS Atividades 09/2008 - Atual Direção e Administração, Procuradoria-Geral Federal, Cargo ou função Procurador-Geral Federal. 04/2007 - 08/2008 Direção e Administração, Procuradoria-Geral Federal, Cargo ou função Subprocurador-Geral Federal. 05/2003 - 06/2004 Direção e Administração, Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Coordenador-Geral de Matéria de Benefícios. 04/2003 - 05/2003 Direção e Administração, Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Cargo ou função Coordenador-Geral do Contencioso Judicial - Interino. Advocacia-Geral da União, AGU, Brasil. Vínculo institucional 2000 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador Federal, Carga horária: 40 Outras informações - Órgão ao qual estava vinculada a Procuradoria-Geral do INSS e, desde 07/2002, a Procuradoria-Geral Federal - Atividades - 09/2002 - Atual Ensino, Nível: Outro. Disciplinas ministradas Conciliação e Arbitramento Juizados Especiais Federais Processo Judicial Eletrônico 01/2005 - 04/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Advocacia-Geral da União Cargo ou função Membro de Grupo de Trabalho sobre Reflexos e Implementação da EC nº 45 - Portarias AGU/PGF 4 e 16/2005. 12/2004 - 04/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Subcomissão de Acomp. dos Sistemas de Processos Judiciais Eletrônicos, Cargo ou função Membro - Representante da Consultoria-Geral da União. 07/2004 - 04/2007 Direção e Administração, Consultoria-Geral da União, Cargo ou função Consultor da União. 12/2003 - 04/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Ações da Seguridade Social, Cargo ou função Membro - Representante da Procuradoria-Geral Federal. Supremo Tribunal Federal, STF, Brasil. Vínculo institucional 2010 - 2010 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor Outras

informações Direito Previdenciário Avançado Atividades 08/2010 - 08/2010 Ensino, Direito Previdenciário Avançado, Nível: Aperfeiçoamento. Disciplinas ministradas Direito Previdenciário Avançado Instituto Brasileiro de Direito Público, IDP, Brasil. Vínculo institucional 2006 - 2010 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor Atividades 08/2010 - 08/2010 Ensino, Direito Previdenciário, Nível: Pós-Graduação. Disciplinas ministradas Juizado Especial Cível Federal e ações de concessão e de revisão de benefícios previdenciários 04/2007 - 12/2008 Ensino, Pós-Graduação Direito Constitucional Nível: Pós-Graduação

5.DEMI GETSCHKO

É Conselheiro do CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil) desde 1995 e Diretor-Presidente do NIC.br (Núcleo de Informação e Coordenação) desde 2006. É membro do Conselho de Administração da TELEBRAS. Engenheiro eletricista formado pela Escola Politécnica da USP (1975), com mestrado (1980) e doutorado (1989) em Engenharia pela mesma instituição. Trabalhou no Centro de Computação Eletrônica (CCE) da USP (1971-1985) e no Centro de Processamento de Dados da FAPESP (1986-1996). Nesse período foi coordenador de operações da RNP e participou do esforço da implantação de redes no país. Foi um dos responsáveis pela primeira conexão TCP/IP brasileira, que ocorreu em 1991, entre a FAPESP e a ESN (Energy Sciences Network), nos Estados Unidos, por meio do Fermilab (Fermi National Accelerator Laboratory). Foi Diretor de Tecnologia da Agência Estado, empresa do Grupo Estado, em dois períodos: entre 1996 e 2000, e novamente entre 2002 e 2005. Foi Vice-Presidente de Tecnologia do IG entre 2000 e 2001. Foi, ainda, professor da Escola Politécnica da USP, e hoje é Professor Associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde leciona Arquitetura de Computadores e onde também coordena o laboratório da camada 2 do Projeto KyaTera. Atuou como membro da diretoria da ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers) pela ccNSO (Country Code Names Support Organization), eleito para o período de 2005-2007, e reeleito para 2007-2009.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 4

4.a. Eleição de Membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes (Item 12.6 da Instrução CVM 480)

O Acionista Controlador indica os seguintes nomes para composição do Conselho Fiscal:

Nome CPF	Idade Profissão	Órgão Administração Cargo eletivo a ocupar
EFRAIM BATISTA DE SOUZA NETO	29 Jornalista	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações
ULYSSES CESAR AMARO DE MELO 291.260.291-20	51 Advogado	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações
PAULO CESAR BEZERRA DE LIMA	Sociólogo	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações
FRANCKLIN ANDRADE MATTAR FURTADO		Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações
MÁRCIA RIBEIRO ABREU 545.988.856-53	49 Economista	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - Min. Fazenda
Leonardo Lobo Pires 086.714.557-93	35 Economista	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - Min. Fazenda

A seguir, Anexo II com as informações relativas aos indicados para membros do Fiscal e respectivos suplentes, conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência (Art. 10 da Instrução CVM 481).

Brasília, 23 de março de 2015

Francisco Ziober Filho

Presidente

ANEXO II

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL - Item 12.8 da Instrução CVM 480

1. EFRAIM BATISTA DE SOUZA NETO

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL - 2015/Atual – Secretaria-Geral da Presidência da República
Cargo: Assessor na Assessoria no gabinete do Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência - **2013/2014 – Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República** - Coordenador-Geral do Plano Juventude Viva. - Responsável pelo planejamento estratégico do Plano, com ênfase na pactuação de ações junto aos ministérios e entes federados. □ **2013/2014 – Secretaria-Geral da Presidência da República** - Coordenador da Secretaria-Geral na promoção dos Diálogos Sociais no contexto da Copa do Mundo 2014.- Coordenador do Governo Federal na Jornada Mundial da Juventude 2013.- Coordenador de Operações da Secretaria-Geral em logística, planejamento e segurança, com especial atuação no Centro de Controle e Comando de Operações.- Responsável pela pactuação federativa de ações para os grandes eventos, assim como acompanhamento na seleção e planejamento em áreas estratégicas para a participação social. - **2012/2013 – Secretaria-Geral da Presidência da República**- Consultor na Assessoria Internacional da Secretária Geral da Presidência da República para a Rio+20 e Diálogos Sociais: Rumo à Rio+20.- Assessoria em temas do desenvolvimento sustentável e responsável pela metodologia de diálogo entre o Governo e a Sociedade Civil - **2010/2011 – Revista Com Ciência Ambiental** - Produtor e editor de conteúdos e reportagens. - Responsável pelo planejamento dos produtos da revista. - **2010/2011 – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República** - Consultor de comunicação e responsável pela assessoria de imprensa do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), da Presidência da República.- **2010/2010 – Grupo TV 1 / Portal Brasil**- Editor de conteúdos e editor responsável pela capa do Portal Brasil (www.brasil.gov.br) - **2010 – UnB/Ceftru - Centro Interdisciplinar de Estudos em Transporte / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**- Assessor de imprensa e produção de conteúdo. O jornalista participou de expedição que visitou 26 cidades na região da Amazônia Legal. A expedição teve duração de três meses. - **2009/2010 – Campanha Global de Ação pelo Clima (GCCA/TckTckTck)**
Cargo: Coordenador Adjunto de Comunicação - Responsável pelo planejamento de comunicação e mídias sociais. * É membro do Conselho Consultivo e de do Conselho de Comunicação no Brasil. Site: <http://tckctck.org/> □ **2009 – ONG 350.org Cargo: Coordenador de Comunicação** - Coordenador das atividades de comunicação no Brasil; contato com mídias e assessoria de imprensa. □ **2007/2008 – CPqGM - FIOCRUZ - Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz Cargo: Pesquisador Jr.** - Pesquisador Júnior em comunicação e saúde pública.- **2007 - Petróleo Brasileiro S.A** - Estagiário em jornalismo.
Freelancer:- Carta Capital, Envolverde, Instituto Ethos, Carta Maior, Jornal A Tarde. **Relatório** - Redator do Relatório de Sustentabilidade sobre Cadeia Produtiva do Pescado – Rede Walmart | Padrão GRI (Global Reporting Initiative) **PNUD** - Cobertura do Fórum Social Mundial de 2009. Belém, Pará, Brasil. (Jornalista / Enviado Especial). **DEMAIS ATIVIDADES** - Capacitación en Gestión de Recursos Hídricos – Iniciativa Water Reach – D.6 – Guatemala 2007. Sexto Diálogo Interamericano sobre la Gestión del Agua. Guatemala, 13 a 17 de agosto de 2007. - Consultor convidado da UN-Habitat ALC para cobertura jornalística em recursos hídricos.Consulta e Apresentação sobre **Medio Urbano: los desafíos de la noticia sobre recursos hídricos, el agua y el cambio climático** en el *Taller Regional para Periodistas sobre Cambio Climático y Adaptación en ele area de recursos hídricos y abastecimiento de agua en medio urbano (Región de America Latina y el Caribe)*. Montevideo, Uruguay, 10-11 de diciembre de 2009. / **Convidado Especial da UN-Habitat | UN-Water e Unesco.** - Moderador da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA) Participante da Oficina de Campo para Comunicadores sobre Manejo Florestal na Amazônia, 18 a 20 de setembro de 2009. Paragominas, Pará.

2. ULYSSES CESAR AMARO DE MELO

É presidente do Conselho Fiscal da TELEBRAS. Administrador e Advogado da União da Advocacia-Geral da União. Experiência Profissional – Ministério das Comunicações -Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Supervisão e Coordenação da execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, orçamento, organização e modernização administrativa, logística, recursos humanos e financeiros, serviços de informação e informática, desde janeiro de 2011. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Supervisão e Coordenação da execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, orçamento, organização e modernização administrativa, logística, recursos humanos e financeiros, serviços de informação e informática, de set/2005 a jan/2011. Ministério da Cultura - Consultor Jurídico. Assessora o Ministro da Cultura em assuntos de natureza jurídica, exercendo ainda a coordenação e orientação técnica das unidades jurídicas vinculadas ao Ministério; Jan/2003 – Set/2003. Ministério da Cultura - Secretário-Executivo. Auxilia o Ministro da Cultura na supervisão e Coordenação das atividades executadas pelas Secretarias e Entidades Vinculadas ao Ministério, atuando ainda como Ministro Interino, quando dos eventuais afastamentos do titular da Pasta. Abr/2002 – Jan/2003. Ministério da Cultura - Brasília-DF - Ministro de Estado da Cultura, Interino - Nov/2001. Ministério da Cultura- Brasília-DF - Secretário-Executivo/Interino. Acumulando com as atividades de Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Auxilia o Ministro da Cultura na supervisão e coordenação das atividades executadas pelas Secretarias e Entidades vinculadas ao Ministério. Out/2001 – Abr/2002. Ministério da Cultura - Brasília-DF - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Supervisão e Coordenação da execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, orçamento, organização e modernização administrativa, logística, recursos humanos e financeiros, serviços de informação e informática. jul/1999 – abr/2002. Ministério da Cultura Brasília-DF - Subsecretário de Assuntos Administrativos. Supervisão e Coordenação execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de organização e modernização administrativa, logística, recursos humanos e financeiros, serviços de informação e informática. Jan/1995-Jul/1999. Ministério do Bem-Estar Social - Brasília-DF - Coordenador Regional de Programas. Atuação como Secretário de Administração Geral-Adjunto e Substituto do Secretário, coordenando a execução das atividades referentes à Administração de material, obras, transportes, patrimônio, recursos humanos, comunicações administrativas, serviços de informação, recursos financeiros, planejamento e orçamento. Ago/1993-Jan/1995. Ministério do Bem-Estar Social -Brasília-DF - Assessor do Secretário de Administração Geral. Análise de processos/documentos, elaboração de Pareceres/Informações/Notas e demais correspondências do Secretário. Nov/1992 – Ago/1993. Ministério da Infra-Estrutura Brasília-DF - Assessor do Secretário Nacional de Transportes. Análise de processos/documentos, elaboração de Pareceres/Informações/Notas e demais correspondências do Secretário. Coordenação das Assembleias Gerais das entidades vinculadas ao Ministério. Mar/1990 - Nov/1992. Ministério dos Transportes-Brasília-DF-Assessor do Secretário de Controle Interno, Análise de Processos Licitatórios, emissão de Pareceres/Informações relativas à gestão orçamentária-financeira e patrimonial dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério. Ago/1988 – Mar/1990.

3. PAULO CESAR BEZERRA DE LIMA

HABILIDADES & COMPETÊNCIA - Assessoria política / social - Planejamento de atividades Parlamentares -Formação política – EXPERIÊNCIA: CHEFE DE GABINETE — DEPUTADO FEDERAL LUIZ GUSHIKEN de 1986 até 1995 - CHEFE DE GABINETE — DEPUTADA FEDERAL TELMA DE SOUZA de 1996 até 1997 - CHEFE DE GABINETE — DEPUTADO FEDERAL RICARDO BERZOINI de 1998 até 2002 - CHEFE DE GABINETE MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL de 2003 até 2004 -CHEFE DE GABINETE MINISTRO DO TRABALHO de 2004 até 2005 CHEFE DE GABINETE — DEPUTADO FEDERAL RICARDO BERZOINI de 2006 até março de 2014 EDUCAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO SEGUNDO GRAU - FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA GRADUAÇÃO — SOCIOLOGIA

4. FRANCKLIN ANDRADE MATTAR FURTADO

5. MÁRCIA RIBEIRO ABREU

É membro efetivo do Conselho Fiscal da TELEBRAS. Márcia Ribeiro Abreu - Economista pela Univ. Federal de Viçosa, MBA em Administração Financeira e Mercado de Capitais e MBA em Gestão Financeira Controladoria e Auditoria pela FGV. Ingressou na Secretaria do Tesouro Nacional em dez/2003, atualmente é Gerente de Projeto na Coordenação-Geral de Participação Societárias - COPAR. Participação no Conselho Fiscal da ABDI de 2005 a 2007. Membro suplente no Conselho Fiscal da CGTEE, de 2008 a 2009. Membro do Conselho Fiscal da CODEBAR, de 2007 a 2010. Membro do Conselho Fiscal da Breitenner Energética S/A, de 2010 a 2012. Representante do Ministério da Fazenda na Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão do Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, de 2006 até hoje.

6. LEONARDO LOBO PIRES

Experiência. Mar/2009 – Até o presente - Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília – DF Analista de Finanças e Controle (AFC-STN). (Jun/2011 - ...) Gerente de Projeto (DAS 101.1) Lotado na Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais. Responsável pela secretaria-executiva do Fundo Garantidor das Variações Salariais – FCVS. Representante do Tesouro Nacional nos grupos de apoio dos seguintes fundos FGTS, FAT, PIS/PASEP, FGHab, FAR, FDS e outros. (Mar/2009 – Jun/2011) Lotado na Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Investimento Público na Gerência de Estudos Setoriais Responsável pela análise de projetos dos setores de infraestrutura aeroportuária, portos, hidrovias, recursos hídricos e saneamento. Acompanhamento do PAC dos setores citados. Ago/2010 – Dez/2010 Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), Brasília – DF. Professor Adjunto. Introdução à Economia. Mai/2007 – Jan/2009 CNPq/SERLA Rio de Janeiro – RJ – Pesquisador. Projeto CT-HIDRO: Capacitação da SERLA para a integração do sistema federal e estadual de gerenciamento de recursos hídricos. Resultado: relatório intitulado Diagnóstico da implementação dos instrumentos de gestão nos corpos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro. 2007 – 2011 FGV-Online Rio de Janeiro – RJ - Professor-Tutor. Cursos Livres: (i) Administração Financeira: Avaliação do Desempenho Empresarial; (ii) Análise da Viabilidade Financeira; (iii) Administração Financeira: Decisões de Investimento e Financiamento; (iv) Gestão fiscal responsável; (v) Economia Empresarial. Graduação: Introdução à Economia. Pós-Graduação: Introdução à Economia e Economia Empresarial. Jan/2006-Dez/2006 UERJ Rio de Janeiro – RJ - Professor-Assistente. Professor das disciplinas: Adm. Financeira e Estratégia Empresarial. Dez/2001-Dez/2003 Banco CR2 de Invest. Rio de Janeiro – RJ Analista /Estagiário. Análise de crédito para empresas. Estruturação de operações de crédito. **Formação.** 2012 IDP Brasília – DF. Pós-Graduação em Direito da Regulação. 2007 EBAPE/FGV Rio de Janeiro – RJ. Mestrado em Administração Pública. 2004 UFRJ Rio de Janeiro – RJ. Bacharelado em ciências econômicas. 1997 - Instituto de Tec. ORT Rio de Janeiro – RJ. Técnico em processamento de dados. **Línguas.** Formado em inglês no Brasas em dez/2000. Intercâmbio Nova Zelândia em 2002. Intercâmbio Estados Unidos em 2004

Com relação aos demais itens da Instrução da CVM 480, informa-se:

12.7. Composição dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, Financeiro e de Remuneração

Não há composição de comitês.

12.8 – Composição dos Conselhos

Vide os nomes indicados acima, nos anexos I e II, relativos aos Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais e Suplentes:

12.8 – b) i. ii. iii.

Em atendimento ao disposto no item 12.8.b do Formulário de referência anexo à Instrução da CVM 480/09, **todos** os indicados para eleição supracitados declararam que, para todos os fins de direito, nos últimos cinco anos não sofreram **condenação criminal**, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários ou condenação transitada em

julgado na esfera judicial ou administrativa que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos indicados e: a. Administradores da TELEBRAS:

Não há.

b. (i) administradores da TELEBRAS e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da TELEBRAS:

Não há.

c. (i) administradores da TELEBRAS ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da TELEBRAS:

Não há.

d. (i) administradores da TELEBRAS e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da TELEBRAS:

Não há.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e:

a. Sociedade controlada, direta ou indireta, pela TELEBRAS:

Não aplicável

b. Controlador direto ou indireto da TELEBRAS.

Não aplicável

c. Caso seja relevante, informar tais relações com fornecedor, cliente, devedor ou credor da TELEBRAS, de suas controladas ou controladoras ou de controladas de alguma dessas pessoas:

Não aplicável.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 5

5.a. Fixação da Remuneração dos Administradores e Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

Assunto: Remuneração dos Administradores e Conselheiros (art.12 ICVM 481/09)

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – 24 DE ABRIL DE 2015.

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL FIXA E VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES E CONSELHO FISCAL PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2015 E A DATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO ANO DE 2016:

- R\$ **4.531.897,78** (quatro milhões, quinhentos e trinta e um mil, oitocentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos).

DISCRIMINAÇÃO (Período de abril/2015 a março/2016)	DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	TOTAL
HONORÁRIOS	1.733.127,12	375.510,72	234.694,20	2.343.332,04
BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS	814.822,24	NA	NA	814.822,24
OUTROS (REMUNERAÇÃO COMPENSATÓRIA/ QUARENTENA)	866.563,56	NA	NA	866.563,56
ENCARGOS	385.139,35	75.101,76	46.938,83	507.179,94
TOTAL	3.799.652,27	450.612,48	281.633,03	4.531.897,78

Remuneração dos Administradores

Item 13 do Anexo nº. 24 da Instrução CVM nº. 480/2009 Em cumprimento à disposição do art. 12, da Instrução CVM nº. 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia presta as informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência, que corresponde ao anexo nº. 24, da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009. A Companhia possui um Conselho de Administração composto de 8 (oito) membros, uma Diretoria-Executiva, composta do Presidente e de até 4 (quatro) Diretores. Possui também um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes. Um dos membros do Conselho de Administração integra a Diretoria-Executiva.

13. Remuneração dos Administradores

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de

risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, encaminha a planilha contendo a discriminação das parcelas que compõem a remuneração dos Administradores (Diretoria e Conselho de Administração) desta empresa, remetida à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com vistas a subsidiar a decisão do acionista majoritário por ocasião da realização da Assembleia Geral de Acionistas.

a) Objetivos da política ou prática de remuneração:

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

b) Composição da remuneração:

O DEST sugeriu ao acionista majoritário a seguinte composição de remuneração:

Honorários;

13º Salário;

Adicional de Férias;

Remuneração Compensatória (Quarentena);

Indenização de Transferência (diretriz 243);

Auxílio Alimentação;

Auxílio Moradia;

Seguro de Vida em Grupo;

Plano de Saúde;

FGTS;

INSS – Patronal.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Honorários: retribuição mensal;

13º Salário: honorário extra a ser concedido 1 (uma) vez ao ano aos diretores e aos Conselheiros de Administração e Fiscal é pago mensalmente, pois entende-se por remuneração de conselheiros, honorário e 13º. salário;

Adicional de Férias: parcela correspondente a 1/3 do honorário a ser concedido ao diretor por ocasião de férias ou no mês de março ainda que o diretor não usufrua do benefício no período aquisitivo evitando a manutenção de saldo para o exercício seguinte;

Remuneração Compensatória (Quarentena): valor correspondente a 6(seis) retribuições mensais de honorário de diretor, conforme previsto na Lei nº 12.813, art. 6º, inciso II, de 16 de maio de 2013;

Ajuda de Custo: é a importância paga para indenizar despesas de viagem, mudança, instalação e outros gastos não previstos nos itens 4.04 e 4.05 da Diretriz nº 243, por ocasião do deslocamento para localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem;

Despesas de Transportes: são aquelas relativas ao fornecimento de passagens aéreas, rodoviárias ou ferroviárias, bem como fretes e carretos para remoção de bagagens, móveis e utensílios e até 2(dois) veículos, por ocasião do deslocamento para a localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem, abrangendo as pessoas da família;

Auxílio Alimentação: parcela indenizatória e de natureza não salarial, o vale-alimentação/refeição será utilizado para ressarcimento de despesas com aquisição de refeições e alimentos;

Auxílio Moradia: parcela indenizatória a ser concedida em conformidade com o Decreto nº 3.255, de 19.11.1999;

Seguro de Vida em Grupo: parcela destinada a cobertura de 50%(cinquenta por cento) do valor do prêmio de seguro de vida em grupo;

Plano de Saúde: parcelas destinadas a reembolso com despesas para o tratamento de saúde;

FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço): importância creditada na conta vinculada do diretor. O benefício do FGTS é obrigatoriamente estendido aos diretores, conforme Decreto nº 99.684, de 8.11.1990;

INSS - Patronal: valor calculado sobre os honorários dos diretores e conselheiros, gratificação natalina e adicional constitucional de férias (1/3 da remuneração) e que a empresa recolhe para a previdência.

NOTA: Os honorários dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são fixados em 10% (dez por cento) da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva. A base de cálculo da remuneração média dos diretores inclui apenas os honorários.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total

- Honorários: 38,24%
- 13º Salário: 3,19%
- Adicional de Férias: 1,06%
- Remuneração Compensatória (Quarentena): 19,12%
- Indenização de Transferência (diretriz 243): 6,37%
- Auxílio Alimentação: 0,84%
- Auxílio Moradia: 1,91%
- Seguro de Vida em Grupo: 0,09%
- Plano de Saúde: 1,12%
- FGTS: 3,40%
- INSS – Patronal (Diretoria): 8,50%
- Honorários do Conselho de Administração: 8,29%
- INSS Patronal do Conselho de Administração: 1,66%
- Honorários do Conselho Fiscal: 5,18%
- INSS Patronal do Conselho Fiscal: 1,03%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo;

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

f) existência de remuneração suportada por controladas, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

Não aplicável

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia;

Não aplicável

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Posição em 31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	3	5	16
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário / pró-labore	345.416,41	1.219.848,83	215.885,25	1.781.150,49
Benefícios diretos e indiretos	N/A	362.144,24	N/A	362.144,24
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (Remuneração Compensatória/ Quarentena)	N/A	178.139,40	N/A	178.139,40
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	43.615,80	268.395,78	18.148,24	330.159,82
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	389.032,21	2.028.528,25	234.033,49	2.651.593,95

Posição em 31/12/2013	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário / pró-labore	320.481,01	1.653.739,57	202.604,85	2.176.825,43
Benefícios diretos e indiretos	N/A	229.991,16	N/A	229.991,16
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (Remuneração Compensatória/ Quarentena)	N/A	117.702,61	N/A	117.702,61
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	51.388,70	327.356,92	27.826,70	406.572,32
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	371.869,71	2.328.790,26	230.431,55	2.931.091,52

Posição em 31/12/2012	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário / pró-labore	309.831,94	1.556.434,17	193.149,55	2.059.415,66
Benefícios diretos e indiretos	N/A	101.157,04	N/A	101.157,04
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	309.831,94	1.657.591,21	193.149,55	2.160.572,70

Prevista para o Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário / pró-labore	369.256,32	1.605.622,83	230.785,20	2.205.664,35
Benefícios diretos e indiretos	N/A	758.971,13	N/A	758.971,13
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (Remuneração Compensatória/ Quarentena)	N/A	866.563,56	N/A	866.563,56
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	73.851,26	369.737,56	46.157,04	489.745,86
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	443.107,58	3600895,08	276.942,24	4.320.944,90

13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não há remuneração variável.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não há plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

ORGÃO	ON	PN
CA	272	26.571
CF	5	42.005

DIRETORIA

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: a) órgão; b) número de membros; c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações; (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (I) em aberto no início do exercício social; (II) perdidas durante o exercício social; (III) exercidas durante o exercício social; (IV) expiradas durante o exercício social; d) valor justo das opções na data de outorga; e e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:

Não há remuneração baseada em ações.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) prazo médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; e d) em relação às opções exercíveis; (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social:

Não há opções.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; e d) em relação às ações entregues informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de aquisição; e (iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas:

Não há opções exercidas e nem ações entregues.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções), indicando: a) modelo de precificação; b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção,

dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; e d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Não há informações para a compreensão dos dados mencionados, em vista desses dados não existirem.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11. Conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2014 (REALIZADO)			
	QUANT.	Valor da maior remuneração individual (anual)	Valor da menor remuneração individual (anual)	Valor médio de remuneração individual (anual)
DIRETORIA	3	519.904,87	473.526,58	496.715,73
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8	43.811,64	43.811,64	43.811,64
CONSELHO FISCAL	5	43.811,64	43.811,64	43.811,64

ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2013 (REALIZADO)			
	QUANT.	Valor da maior remuneração individual (anual)	Valor da menor remuneração individual (anual)	Valor médio de remuneração individual (anual)
DIRETORIA	4	516.022,24	444.401,96	480.212,10
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8	40.706,17	40.706,17	40.706,17
CONSELHO FISCAL	5	40.706,17	40.706,17	40.706,17

ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2012 (REALIZADO)			
	QUANT.	Valor da maior remuneração individual (anual)	Valor da menor remuneração individual (anual)	Valor médio de remuneração individual (anual)
DIRETORIA	4	486.972,56	440.382,18	463.677,37
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8	38.263,70	38.263,70	38.263,70
CONSELHO FISCAL	5	38.263,70	38.263,70	38.263,70

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	2014	2013	2012
Conselheiro de Administração	52,78%	48,96%	62,83%
Diretoria	100%	100%	100%
Conselho Fiscal	55,34%	60,24%	59,90%

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como

remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não há valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Nada a acrescentar.